

---

## Mediatização e Metapolitização: Articulações Teóricas<sup>1</sup>

Vinicius Suzigan Ferraz<sup>2</sup>  
FAM  
FAAC-Unesp

### RESUMO

Assiste-se a uma crescente e estimulada valorização dos processos comunicacionais como elementos essenciais da vida social contemporânea, principalmente a partir da Web 2.0<sup>3</sup>. Essa seria a nova materialidade do espaço público que propicia a discussão política em tempos atuais ou, assim como esclarece Eugênio Bucci (2006), o telespaço público. É de fácil observância que as relações de poder na internet ultrapassam a barreira racional, prefigurando um local onde, a priori, reina a estesia, ou seja, um mundo simbólico guiado pela experiência representativa do mundo mediado pelas novas mídias. Com isso, busca-se neste artigo, por meio de revisão bibliográfica, construir articulações teóricas entre aquilo que chamamos de metapolitização e os conceitos e teorias sobre a mediatização e mediação. Concluiu-se que as articulações entre os dois conceitos é viável e revela um caminho epistêmico.

**PALAVRAS-CHAVE:** Internet. Política. Estesia.

### Introdução

O surgimento da Web 2.0 causou uma grande revolução do ponto de vista comunicacional: criou condições para que os sujeitos pudessem, em vez de apenas receber conteúdos dos conglomerados de comunicação já consolidados, também produzir informação e se comunicarem, de maneira praticamente instantânea, em tempos digitais. Esse novo suporte material que nos convoca à comunicação durante algum tempo já teve o seu semblante analisado de forma mais otimista e, talvez, até ingênua, já que por muito tempo isso foi visto como uma suposta emancipação do sujeito nas esferas de produção, circulação e distribuição da comunicação. Isso não significa dizer que o surgimento do

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GP Comunicação e Cultura Digital do 44º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Docente do curso de Comunicação Social da Faculdade de Americana (FAM). Doutorando em Comunicação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp).

<sup>3</sup> A primeira versão da internet, estática e bem pouco interativa, foi chamada comumente de a internet da informação (1.0), já que a direção e hierarquia informacional eram dispostas do produtor para o receptor, sem que esse pudesse participar da comunicação de forma imediata. O aumento do fluxo comunicacional dentro da rede, além da criação da blogosfera, cria a Internet Social (2.0), ativa e participativa do ponto de vista do interlocutor, já que agora ele reúne condições de produção de informação.

---

prosumer tenha sido preponderante para que a comunicação tenha se descentralizado das mãos dos grandes conglomerados midiáticos, assim como nos adverte Braga (2006) com o seu sistema de resposta social, mas que a liberdade de produção e interação comunicacional nessa nova ecologia das redes está fazendo com que várias esferas da vida estejam sendo transformadas no processo. É importante frisar que a dinâmica dos processos comunicacionais dentro das novas realidades midiáticas foi alterada, já que agora o controle oligopólico dos meios de comunicação, realidade que reinou - e ainda reina - nos certames brasileiro e global foi também invadida pela cultura participativa das bolhas digitais (JENKINS, 2006) e isso, de certa forma, liberta o sujeito do controle dos grandes conglomerados midiáticos. Ou seja, “o controle central é mais provável quando os meios de comunicação estão concentrados, monopolizados e escassos, como nas grandes redes” (HALL, 2003, p. 38).

É de fácil observação que vários aspectos da vida foram midiaticizados e continuam a ser dinamizados pela lógica midiática. Podemos pensar, holisticamente, em quase todas as áreas da vida onde a tecnologia desempenha força motriz vital para a sua transformação: no trabalho, a robótica e as tecnologias que desempenham papéis fundantes na agilidade laboral; no consumo, o mercado cada vez mais crescente pela internet e a substituição dos bancos físicos pelos online; a comunicação e a educação e as novas formas de aprendizado à distância principalmente em tempos de COVID-19; na organização política, atividades militares e policiais e as guerras eletrônicas. Dessa forma, a tecnologia tem função não apenas pragmática e funcional, mas também cultural, já que é notável a força transformadora que ela tem exercido nas relações sociais, econômicas, culturais e políticas, e é essa última que nos interessa escrutinar neste artigo.

É fato que a evolução tecnológica é também uma evolução dos meios de comunicação. Desde a percepção do aparelho fonador pelo ser humano, passando pela prensa de Johannes Gutenberg, o telégrafo, o telefone, o rádio, a televisão e hoje, a internet, é possível ver que a difusão cultural é algo inerente à tecnocracia, isto é, em como o ser humano e todas as suas relações sociais são submetidas ao poder da técnica para amplificar e disseminar as informações no tecido social. Com o advento da internet, os smartphones e computadores, em conjunto com as redes digitais e as mídias sociais, a sensação é de que, metaforicamente, ao pensarmos num relógio, o ponteiro do tempo praticamente encostou no do espaço e nisso, as identidades dos sujeitos também estão sendo dinamizadas. Como nos esclarece Stuart Hall:

---

[...] as identidades, que compunham as paisagens sociais "lá fora" e que asseguravam nossa conformidade subjetiva com as "necessidades" objetivas da cultura, estão entrando em colapso, como resultado de mudanças estruturais e institucionais (HALL, 2006, p. 12).

A mudança tecnológica foi e sempre continuará a ser crucial na história da transmissão cultural: ela altera a base material, assim como as dinâmicas dos meios de produção e recepção dos quais o processo comunicativo depende, como afirma John B. Thompson:

O desenvolvimento das novas tecnologias na esfera das telecomunicações e processamento da informação afetou, profundamente, nos últimos anos, as atividades das indústrias da mídia em inúmeros campos, desde a impressão de jornais até a reprodução da música em fita e disco compacto, desde sistemas computadorizados de acesso à informação até a difusão de programas de televisão por satélite (THOMPSON, 2009, p. 267).

Ora, se o comportamento comunicacional é alterado na proporção em que os avanços tecnológicos se dão, é certo afirmar que estudar a comunicação é também revisitar a influência que a técnica exerce no campo, mas não só isso. É importante frisar que este estudo não enxerga os processos de comunicação como tecnocráticos, algo que fixaria enquanto objeto de pesquisa apenas a influência da técnica nas habilidades comunicativas do ser humano. Ela seria, talvez, uma parte desse processo. Hall reconhece também que a alteração e multiplicação das estruturas de representação possibilita novas formas de se pensar o sujeito na pós-modernidade:

Ao invés disso, à medida em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar - ao menos temporariamente (HALL, 2006, p. 13).

Isso posto, quais seriam os efeitos que, a priori, poderiam ser diagnosticados no comportamento social humano quando pensamos nas alterações que o estágio atual tecnológico e, portanto, midiático, proporciona não apenas no sujeito, mas também na identidade desse sujeito? Quais seriam as mediações que esse bios midiático coloca para o indivíduo? Para entender a transformação do sujeito diante de tantas inovações tecnológicas, culturais, sociais e políticas iremos tentar fazer, por meio de revisão bibliográfica, as articulações entre os conceitos de midiaticização e metapolitização, objeto de estudo deste autor no doutorado em andamento. Considerou-se viável a relação entre os pressupostos aqui colocados, produzindo um possível viés epistêmico de pesquisa.

---

## A metapolitização e a regulação algorítmica

Antes de adentrarmos no escrutínio do nosso objeto de pesquisa, a saber, a metapolitização e suas articulações com o conceito de mídiatização, será necessário um entendimento mais preciso do que é a política em si.

Praticamente durante toda a existência, o ser humano precisou encontrar meios de sociabilidade e socialização, de entendimento do outro enquanto também participante das esferas sociais e, portanto, políticas. Dessa forma, a política possui um significado de que ela serve a um propósito e possui uma função, ou seja, a de estabelecer relações de poder – e/ou sociais - na tentativa de consenso já que sujeitos, das mais variadas vertentes, valores e ideologias vislumbram o mundo de uma maneira particular. A política então seria um método que possibilitaria a convivência pacífica entre pessoas cujas visões de mundo são discrepantes. Silva aponta os fundamentos do poder político para Aristóteles:

O Estado ou associação política e, com ele, a justiça e o poder político, surgiu naturalmente, pois existia a matéria necessária para sua existência, ou seja, existiam homens vivendo juntos em um mesmo território; existiam formas possíveis de organização social ou de governo; existia desejo natural dos homens em viver em sociedade e existia uma finalidade para a existência social, ou seja, a busca da autossuficiência, da felicidade ou do bem comum (SILVA, 2009, p. 302).

Seria uma forma de constituir uma forma de governança capaz de propiciar uma vida mais feliz para todos os cidadãos e, com isso, a ética tem um papel importante na produção da vida em conjunto. Talvez uma ideia perene ao pensamento aristotélico é entender que o homem busca ser feliz, ter uma vida contemplativa, a suprema felicidade, prazer intelectual, atividade virtuosa e, portanto, para atingir tal objetivo seria necessário de que o Estado controlasse, de certa forma, os anseios e as relações entre os sujeitos participantes do espaço público. Para Silva, uma das formas de visualizar a política para Aristóteles seria o entendimento de que o ser humano é um animal dotado de racionalidade, ou seja, um ser que pensa:

Na teoria política de Aristóteles, o Estado ou a associação política e, com ele, o poder político e a justiça política, é uma decorrência natural da existência humana. Isso significa dizer que, no entendimento de Aristóteles (2004, p. 146 e 222), o Estado é uma criação da natureza, pois, se foi criado pelo homem, é porque o homem é por natureza um animal político. A seu ver, o homem que, por natureza e não por mero acidente não tem cidade nem Estado, seria muito mau ou muito bom, subumano ou super-humano. Na condição de subumano, o homem seria como alguém sem família, sem lei, sem lar; seria, por natureza, amante da guerra e, ao invés de ser um colaborador, seria uma peça fora do xadrez. Como super-humano, seria um deus: um ente autossuficiente,

---

que não necessitaria de vida comunitária. É por não ser nem muito mau nem muito bom, nem subumano nem super-humano, que o homem necessita viver em comunidade. Se o homem constituiu o Estado e as demais instituições políticas, é porque ele é o único animal dotado de razão do dom da palavra. Por meio da razão e da voz, os homens conseguiram distinguir o bem do mal, a justiça da injustiça e expor o conveniente e o inconveniente, o justo e o injusto e conseguiram, além disso, perceber, entre eles, a existência de aspirações comuns. Aos olhos de Aristóteles (2004, p. 146), são essas qualidades da natureza humana que levam os homens a construir a família, a aldeia, a cidade ou o Estado e as instituições políticas (SILVA, 2009, 303).

O que importa no pensamento aristotélico para pensar a política aqui é a compreensão de que, nessa concepção, a priori, a razão é o estatuto básico para se pensar a política de forma natural. Isto é, seria da natureza do homem constituir relações sociais e políticas com os outros cidadãos na tentativa de buscar estabilidade, tanto econômica quanto nuclear. Ora, a família seria "a primeira forma de sociedade estabelecida, por natureza, para suprir as necessidades diárias dos homens" (SILVA, 2009, p. 303).

Sobre o conceito de metapolitização ou a metapolítica, é importante ressaltar que o termo surgiu para esse autor pela primeira vez no livro "Impasses da democracia no Brasil" (AVRITZER, 2016) onde o autor coloca o termo metapolitização ao lado da despolitização das classes médias no Brasil. O autor rebate o argumento de outros autores, que consideravam as jornadas de junho de 2013 como uma rebelião puramente popular. Avritzer denuncia a ingenuidade da ideia e destaca que eles:

[...] ignoram elementos fundamentais do período, como a reação à política e aos partidos, que expressa uma despolitização/metapolitização, parte de um argumento conservador que acabou expressando claramente na cidade de São Paulo em 2014 e 2015 (AVRITZER, 2016, p. 73).

Fica evidente de que a percepção do pesquisador acerca do conceito de metapolitização se inclina a colocá-la ao lado de despolitização, isto é, de que algo para além da política ou de uma constituição racional dos fatos e da vida social seria uma forma de despolitização. Nesse sentido, a crise deontológica, paradigmática e de credibilidade do jornalismo enquanto fonte de estabelecimento de um *locus* de verossimilhança e factual e a troca do modelo comunicacional de sujeitos passivos para ativos corroboram com a tese de que a percepção do mundo pelos sujeitos que agora possuem condições não apenas de recepção, mas de produção comunicacional, agora, se veem diante de dilemas éticos e morais já que a produção feita por esses usuários não segue qualquer cartilha de escola de comunicação ou códigos de ética das profissões regulamentadas e o que se vê é uma incessante produção estética que pode entender o

---

processo comunicacional deslocando "as questões da política e da cultura para o lugar de onde se olharia a integralidade do processo de comunicação, "desde o receptor"" (SILVA, 2012, p. 108). Barros nos ajuda:

[...] vivenciada no plano da estesia; ou seja, da percepção e da sensibilidade. Experiência que envolve o indivíduo e suas comunidades de apropriação em um processo participativo, no qual a comunicação acontece. E, neste caso, acontece de fato como comunicação; e não apenas como transmissão de mensagens. O receptor, muito mais que receptáculo, é sujeito da produção de sentidos. Um sujeito que pensa e sente, que não está anestesiado, ou "narcotizado" em sua relação com a mídia. Daí a proposição que aqui se apresenta, a de pensarmos a experiência estética como comunicação sem anestesia (BARROS, 2017, p. 160).

Para entendermos isso que o cientista político Leonardo Avritzer identificou enquanto metapolitização, precisamos reduzir o léxico retirando o sufixo *ção* que remete a alguma forma de ação. A metapolítica, como seu nome indica em grego, *thá methá politiká*, é a disciplina que vai além da política, que a transcende, no sentido de que busca sua razão última de ser, o fundamento não-político da política. É uma disciplina híbrida: ao mesmo tempo é filosófica e política. O que transcende a política são as grandes categorias que condicionam a ação política, por exemplo, o igualitarismo, identidade, homogeneização, uniformidade, multiculturalismo, memória, progresso, decrescimento, consenso, direitos humanos, crise, decadência, direitos dos povos, pluralismo, relativismo, interculturalismo, universalidade, mundo único, grandes espaços, etc. Obviamente que os conceitos e ideologias definidas pelos *ismos* - ou não - acima são formas de luta social e política legítimas, mas que ultrapassam a ação política. Por ação política, podemos entender que seria "os modos de inserção dos atores individuais, sua percepção de "necessidades" e seus projetos de ação" (GOULART, 2004). Possui um sentido de que a filosofia política, depois da Segunda Guerra Mundial, transformou-se em ideologia política. O pensamento clássico sobre política que, em outrora, foi dominado por grandes pensadores como Aristóteles, Santo Tomás, Hobbes, Locke, Maquiavel, etc., foi transmutado para um debate identitário, portanto estésico, a priori, em vez de racional.

É perceptível que a política, em vez de abrigar consensos racionais contemplando um bem-estar social mais amplo, na busca da racionalização dos processos e das lutas políticas, parece fadada cada vez mais a um debate identitário, subjetivo, portanto, mais emocional do que racional. Com isso, não queremos entender que a realidade política atual não seja, de certa forma, relações de poder concretas, mas de que a política se

---

transformou em algo para além dos anseios societários, fazendo parte de uma corrente pós-moderna da política. Observar o fenômeno a partir dessa visão também não é menosprezar a política atual em detrimento da política de outros tempos, mas enxergar que a dinâmica política vem se transformando.

Numa tentativa conceitual, existem duas formas distintas sobre o que seria a metapolítica. A primeira seria um entendimento daqueles que se ocupam em desmistificar a criptopolítica, a saber, a política de consenso entre os lobbies, entre os poderosos e os políticos. Isto é, a política das oligarquias partidocráticas ou as "classes falantes". No capítulo "A democracia merece sobreviver?", inserido no livro "A rebelião das elites e a tradição da democracia" (LASCH, 1995), o autor propõe o conceito de "classes falantes" e diz que o debate político foi comumente atrelado às elites sociais e, a posteriori, institucionais. Enquanto polos de vanguardismo e liderança social, tanto as elites aristocráticas do passado - que compunham uma cosmovisão idealista tanto da ordem dos costumes, quanto da ordem econômica - quanto as elites atuais, seriam os núcleos norteadores daquilo que se almeja enquanto sociedade. São grupos que detêm a hegemonia nas esferas públicas consolidadas para a discussão política, o que determina uma restrição da participação política ativa da sociedade como um todo. Essa seria uma forma de enxergar o conceito da metapolítica, a saber, a relação de poder entre as elites plutocráticas. A segunda vertente do conceito de metapolítica que podemos estabelecer seria entender por que se age hoje dessa ou daquela maneira em política. Quais são as condições últimas necessárias para fazer o sujeito agir politicamente e é essa última definição de metapolítica que nos interessa divagar neste artigo.

O autor bielorusso Eveny Morozov, publicou em 2018 o livro "Big Tech: a ascensão dos dados e a morte da política" e nele traz importantes relatos daquilo que ele chama de "inteligentificação" da vida cotidiana e como os atuais dispositivos tecnológicos e comunicacionais tem a ver com a "morte da política". Ao perceber que o fenômeno da inteligência artificial, atrelado aos algoritmos das redes sociodigitais e também aos dados compilados e retirados dos dispositivos dos cidadãos que autorizam tal extração, a sociedade vem se transformando radicalmente. É indiscutível que a tecnologia propicia formas de vida mais seguras, eficientes e protetoras, mas isso, segundo o autor, a custo de uma organização e sistematização de dados e metadados controlados pelas grandes empresas do Vale do Silício. Nesse sentido, ele explica:

---

Essa inteligentificação da vida cotidiana segue um padrão familiar: existem os dados primários - uma lista do que há na geladeira e na lixeira inteligentes - e os metadados - um registro da frequência com que você abre uma dessas coisas ou de quando elas se comunicam. Tanto os dados como os metadados resultam em ideias interessantes: por exemplo, os colchões inteligentes - um modelo recente promete acompanhar a respiração e os batimentos cardíacos, assim como a movimentação da pessoa durante a noite - ou os eletrodomésticos inteligentes que fornecem conselhos nutricionais (MOROZOV, 2018, p. 84)

É interessante essa elucidação do que são os metadados. Assim como a metapolítica seria uma classificação que entenderia a política para além dela mesmo e, no nosso caso, entender quais são as condições para fazer o sujeito agir politicamente, é fácil fazer associações entre metadados e metapolítica. Ou seja, entender que, não apenas os dados que representam, de certa forma, aquilo que o sujeito é e faz dentro das redes digitais de comunicação, mas entender que os metadados, hoje, também são fundamentais para que as relações sociais sejam construídas em tempos algorítmicos. O autor resume:

Não se trata de um avanço banal em relação ao funcionamento usual dos sistemas técnicos, com suas regras rígidas do tipo se/então: de repente, não há mais necessidade de desenvolver procedimentos para enfrentar todas as contingências, porque - assim se espera - os algoritmos e a retroalimentação imediata, em tempo real, podem obter resultados melhores do que as regras inflexíveis e desvinculadas da realidade (MOROZOV, 2018, p. 86).

Assim, as lógicas algorítmicas, em conjunto com a retroalimentação pelos usuários das redes digitais de comunicação que enviam e colhem dados e metadados, incessantemente, para os detentores dos novos conglomerados da tecnologia, produzem essa nova forma de vislumbrar a política, a saber, a metapolítica. Ora, se as relações sociais, de consumo, de entretenimento, entre outras, se dão por essa nova sociabilidade técnica, que visa um solucionismo que se pressupõe como uma forma de tornar eficiente as resoluções dos problemas mundanos que não seja a política - ou que transcende a política - é disso que se trata a metapolítica aqui vislumbrada. Não é um fenômeno novo, mas que foi dinamizado pelos novos meios de comunicação, especialmente a internet e os algoritmos que fazem ela funcionar do jeito que funciona. Nesse sentido, a mediatização da política seria um dos caminhos conceituais para pensar a metapolítica, ou seja, a virtualização das competências humanas para além do ser político. "A regulação algorítmica é uma concretização desse programa político em formato tecnológico" (MOROZOV, 2018, p. 89).



---

Para finalizar a exposição conceitual sobre metapolítica, basta compreender que, isso que Morozov chama de regulação algorítmica, que é baseada nos sentimentos, nos usos e desusos dos usuários nas redes hiperconectadas, seria uma forma de transferir a capacidade de controle do destino humano das mãos dos indivíduos participantes da sociedade para os donos das "Big Tech". Ele corrobora:

A regulação algorítmica, independentemente de seus benefícios imediatos, nos dará um regime político no qual todas as decisões serão tomadas pelas empresas de tecnologia e pelos burocratas estatais. Coube a um escritor de ficção científica, o polonês Stanislaw Lem, numa crítica publicada a respeito da cibernética, por assim dizer, na mesma época que *The Automated State*, explicar a questão: "A sociedade não pode desistir do fardo de decidir o próprio destino. abdicando dessa liberdade em prol do regulador cibernético" (MOROZOV, 2018, p. 101).

### **Articulações entre metapolítica e o conceito de mediação**

Os meios de comunicação, na pós-modernidade, se transformaram em instituições semi-independentes na sociedade (HJARVARD, 2012). Esse processo atribui ao papel midiático um comportamento ambíguo, pois ao mesmo tempo que as instituições têm que se adaptar aos seus processos, os próprios meios também se integram às rotinas das mesmas instituições, como a família, o trabalho, a educação, o entretenimento e a política, já que um número crescente de atividades desses campos é realizado através e por meio do bios midiático (SODRÉ, 2008, p. 233), tanto pelos meios de comunicação interativos, quanto pelas mídias de massa, em um caráter convergente e, atualmente, transmidiático.

A mediação das interações sociais, ou seja, a virtualização das competências coletivas é um dos traços dos nossos tempos, já que molda novos padrões de comportamento cultural. A ubiquidade dos meios de comunicação é tamanha que estamos rodeados por eles, desde a roupa que vestimos, o computador onde escrevemos, até os óculos que permitem a melhor focalização da leitura, é notadamente interessante perceber que tudo à nossa volta perpassa a esfera midiática. Nesse sentido, é importante demarcarmos que não vemos os meios de comunicação apenas como dispositivos, aparatos tecnológicos que mediam a experiência humana com a realidade, mas também como sistemas culturais, já que o uso das mídias permite tal designação. A experiência familiar ao ouvir o rádio nos anos 20, a organização dos móveis da sala de estar em uma casa objetivando a televisão e a incessante visualização do celular na contemporaneidade são algumas das experiências que comprovam a face cultural da mídia, ela determina comportamentos e sentidos.

---

Assim, justifica-se o estudo das dinâmicas políticas e sociais dentro desse não tão novo formato de vida relacional e interacional. Ora, já que as competências e habilidades humanas estão migrando para essa nova forma de sociabilidade, se faz fundamental entender quais são as transformações propiciadas por esse novo *locus* social e comunicacional.

Um autor importante para pensarmos o conceito de midiatização seria o dinamarquês Stig Hjarvard. Para o pesquisador, a midiatização é vista não como os aparatos que, antigamente, apenas serviam para influenciar a formação da opinião pública, mas através da identificação de que os recursos da mídia são cada vez mais necessários na contemporaneidade, vislumbrando a midiatização como dimensões sociais e culturais. Ele afere:

O ambiente da mídia contemporânea, entretanto, também reflete uma mudança quantitativa e qualitativa profunda nas relações entre mídia, cultura e sociedade. Hoje, experimentamos uma midiatização intensificada da cultura e da sociedade que não está limitada ao domínio da formação da opinião pública, mas que atravessa quase toda instituição social e cultural, como a família, o trabalho, a política e a religião. As mídias são coprodutoras de nossas representações mentais, de nossas ações e relacionamentos com outras pessoas em uma variedade de contextos privados e semiprivados, e deveríamos considerar essa revolução significativa também (HJARVARD, 2012, p. 23-24).

Lembrando de Walter Lippman e suas reflexões sobre a formação da opinião pública, o autor lembra que o jornalista já previa que uma revolução estava em curso e que ela era infinitamente mais significativa do que qualquer mudança de poder econômico. Hjarvard expõe:

Ao contrário de alguns contemporâneos, seu foco não era apenas em áreas particulares da comunicação, mas também nas mudanças estruturais nas relações entre os jornais, a opinião pública e a política, apesar de não descrevê-las nesses termos. O estudo dessas mudanças estruturais na esfera pública política gradualmente se tornou mais teoricamente esclarecido (Habermas, 1989 [1962]) e tem atuado como um contexto importante para o estudo da midiatização da política (Strömbäck, 2008). (HJARVARD, 2012, p. 23).

O autor também aborda o fenômeno da midiatização de forma institucional, ou seja, de modo a entender a mídia enquanto instituição social ou a institucionalização da interação social. Nesse ponto, Hjarvard assume três premissas na sua construção teórica: a primeira de que, em contraste com os conceitos de mediação, que lidam com o uso da mídia para práticas comunicativas determinadas em interação situada, "a midiatização preocupa-se com os padrões em transformação de interações sociais e relações entre os

vários atores sociais, incluindo os indivíduos e as organizações" (HJARVARD, 2012, p. 24); a segunda tentativa conceitual do autor entende a mídia fazendo uma análise ao *nível meso*, ou seja, "desta perspectiva, a teoria da midiatização é um enquadramento conceitual para apoiar o desenvolvimento de teorias de médio alcance (HJARVARD, 2012, p. 24); e por fim, a definição de midiatização que nos interessa para pensarmos o conceito de metapolitização enquanto um fenômeno comunicacional, a saber, de que "a midiatização não concerne à colonização definitiva pela mídia de outros campos, mas diz respeito, ao invés disso, à crescente interdependência da interação entre mídia, cultura e sociedade" (HJARVARD, 2012, p. 25).

Para pensar os media enquanto uma instituição social ou a institucionalização da interação social, Hjarvard vai recorrer ao pensamento de Anthony Giddens, que propõe a teoria da estruturação. Resumidamente, seria pensar a midiatização não de forma dialética, mas pensar a mídia enquanto recurso para interação social e política. Ele ajuda:

A teoria da estruturação é útil porque transcende a tradicional dicotomia entre uma sociologia de cima para baixo, que enfatiza a estrutura como agência determinante, e uma sociologia de baixo para cima, hipostasiando o poder primário da ação. A perspectiva institucional sobre a midiatização, portanto, não se destina a sobrepor a estrutura social à ação ou destacar a ordem institucional em detrimento da prática social, mas está, pelo contrário, comprometida a elucidar como as estruturas sociais funcionam como recursos para a interação social em situações específicas e como estruturas sociais são reproduzidas e talvez alteradas por meio da ação (HJARVARD, 2012, p. 25).

A pesquisadora Gislene Silva (ano) também elucidava questões sobre o conceito de midiatização. Ela faz uma crítica aos pensadores da área da Comunicação Social que acabam por propor estudos que evoquem a centralidade tecnológica como a grande problemática da área, um reducionismo técnico-determinista que reduz a epistemologia da Comunicação a um papel tecnocrático. Segundo a autora:

Quando passamos à ideia de midiatização, porém, vamos nos ver frente à centralidade dada novamente às mídias, em configuração bastante longínqua daquela centralidade dos meios enfrentada pelas mediações de Martín-Barbero. Não se trata mais ou apenas de abandonar o midiacentrismo ou "romper com a segurança proporcionada pela redução da problemática da comunicação à das tecnologias". (MARTÍN-BARBERO, 1997, p. 285) O desafio é de outra ordem, o de pensar e compreender esse estágio ou estado de midiatização. O próprio Martín-Barbero (2004, p. 229), ao voltar-se para a demanda de trabalhar as mediações comunicativas justifica: "pois as mídias passaram a constituir um espaço-chave de condensação e intersecção da produção e do consumo cultural" (SILVA, ano, p.)

O comportamento comunicacional é alterado na proporção em que os avanços tecnológicos se dão e parece certo afirmar que estudar a comunicação é também revisitar a influência que a técnica exerce no campo, mas não só isso. É importante frisar que este estudo não é tecnocrático, algo que fixaria enquanto objeto de pesquisa apenas a influência técnica. Ela seria, talvez, uma parte desse processo já que se engana quem pensa a tecnologia como uma entidade separada do ser humano. Ela é aspecto humano e visualizada como entranhada nas almas humanas, não sendo possível pensá-la fora do contexto do antropo. Assim, a percepção de que a tecnologia é um “míssil” ou uma “pedra” e a cultura e a sociedade um alvo vivo é descartada. Pierre Lévy ajuda:

As verdadeiras relações, portanto, não são criadas entre "a" tecnologia (que seria da ordem da causa) e "a" cultura (que sofreria os efeitos), mas sim entre uma grande número de atores humanos que inventam, produzem, utilizam e interpretam de diferentes formas as técnicas (LÉVY, 1999, p. 23).

Uma definição interessante que pode corroborar com o conceito de *mediatização*, seria a noção de *bio midiático* de Muniz Sodré. Basicamente, ele entende que as novas práticas sociais ou formas de vida que utilizam das plataformas comunicacionais para existirem podem ser consideradas como uma *antropotécnica*, ou seja, a junção das tecnologias atuais em conjunto com as habilidades técnicas que os sujeitos dispõem nas novas plataformas midiáticas. Sodré compreende que:

[...] as práticas socioculturais ditas comunicacionais ou midiáticas vêm se instituindo como um campo de ação social correspondente a uma nova forma de vida, que propomos chamar de *bios midiático*. Essas práticas – uma espécie de *antropotécnica* eticista – não esgotam nem sistematizam o problema da vinculação, uma vez que dizem mais respeito propriamente à relação socialmente gerida pelos dispositivos midiáticos e, portanto, do mercado. (SODRÉ, 2008, p. 233)

Gislene Silva tenta relacionar o conceito de *bios midiático* com as definições de *mediatização* e *mediações*, de Jesús Martín-Barbero, ao se perguntar "pode o conceito reformulado de *bios midiático* conjugar as noções de *mediações*, *mediatização* e ainda de *interação comunicacional*?" (SILVA, 2012, p. 1). A resposta que ela encontra é de que o conceito de Sodré pode ser encarado como uma espécie de *mediatização*, apenas se ele puder ser apropriado como *integralidade* do campo comunicacional:

Penso que se o conceito de *bios midiático* de Sodré puder ser apropriado não apenas como *mediatização*, mas como a *integralidade* do campo comunicacional – veicula o (societal) + vinculação (sociável), poderíamos também superar outros impasses epistêmicos. Um deles, a impressão de linearidade (de flecha temporal) implícita na proposição de Braga quanto à *mediatização* como processo interacional de referência.

---

Este processo, como o hegemônico na contemporaneidade, nos leva a pensar em anterioridades, em processos interacionais outros que, como “moldes interacionais anteriores”, sobrevivem apenas circunscritos a “espaços restritos” (SILVA, ano).

Gislene Silva recorre a José Luiz Braga, um dos pesquisadores pioneiros a enfrentar a noção de mediatização no Brasil. Para entender o conceito desenvolvido por Braga, é necessário vislumbrar que a ideia de mediatização para ele em nada tem a ver com a ideia do canal de comunicação, mas como um sistema de resposta social. Seria uma forma da sociedade encarar a sua mídia, como o próprio livro homônimo atesta. Braga parte da hipótese de que os processos midiáticos, enquanto instituição social, não se esgotam nos subsistemas de produção e recepção. Ou seja, “esses dois ângulos da mediatização da sociedade são fundados na já tradicional descrição do processo comunicacional como uma relação entre emissor e receptor (através de um canal - que seriam os meios de comunicação)” (BRAGA, ano).

Segundo o autor, essa visão escancara não uma relação comunicacional, mas informacional, a saber, unidirecional, que visa hierarquizar a relação entre as instâncias de produção e recepção. Nesse sentido, ele discorda de forma categórica de que só agora, com as redes sociodigitais e informatizadas, temos verdadeiros processos bidirecionais acontecendo. Ele assume:

Propomos assim desenvolver a constatação de um terceiro sistema midiático, na sociedade, que contempla a processualidade de mediatização social geral, fazendo-a efetivamente funcionar como comunicação. Seriam as atividades de resposta ou “sistema de resposta social” (BRAGA, ano).

Para José Luiz Braga, a mediatização social seria uma forma de viabilizar acesso posterior aos recursos midiáticos, além de ampliar o escopo e a abrangência das mensagens, tornando-as diferidas e difusas. Ora, na internet o funcionamento em “base de dados” é, por definição, diferido e difuso, assim como na televisão, no rádio, na revista e no jornal, já que os conteúdos disponibilizados por essas mídias são adiados, demorados e tardios, mas que na sua distribuição pode ter aferido uma qualidade massiva, difusa e abrangente. O autor diz:

Além disso, a comunicação de massa tem sido complementada por uma variedade de mídias interativas, permitindo a todos não apenas receber, mas também se engajar ativamente em diversas formas de comunicação com alcance potencialmente global. Como resultado, várias formas de mídia foram integradas nas práticas da vida cotidiana, do local de trabalho até a família. (BRAGA, ano, p. 24).

---

Com o advento da internet, os smartphones, em conjunto com as redes digitais e as mídias sociais, a sensação é de que, metaforicamente, ao pensarmos num relógio, o ponteiro do tempo praticamente encostou no do espaço. Ou seja, parece que a verdadeira novidade, se tratando do *bios midiático*, é que a velocidade aumentou, permitindo uma maior difusão dos conteúdos que ainda permanecem diferidos, mas que agora possuem, enquanto característica principal, uma quase instantaneidade da sua circulação e distribuição para públicos cada vez mais segmentados, permitindo um processo de identificação quase automático, uma simbiose entre aquilo que fala com o receptor e aquilo que ele produz e reproduz sobre esse conteúdo.

E como o conceito de midiatização pode, de certa forma, ser apropriado pela definição de metapolitização? Ora, se entendemos que a inteligentificação dos telespaços públicos (BUCCI, 2006) é um fenômeno em curso, que permite com que a regulamentação algorítmica se mostre como uma nova realidade comunicacional que utiliza não apenas dos dados, mas também dos metadados, para compreender anseios sociais, relacionais, interacionais e políticos dos sujeitos imersos nessas lógicas comunicacionais, portanto, existe uma relação entre os dois conceitos que seria da ordem fenomenológica, a saber, uma tentativa de descrição filosófica dos fenômenos, em suas dimensões aparentes, manifestado à luz da consciência imediata. A intenção é trabalhar o objeto de estudo aqui exposto, a metapolitização, de forma hipotética e não de forma hipostática.

### **Considerações finais**

Ao fazer toda essa trajetória teórica e conceitual acerca das várias facetas que os termos metapolitização e midiatização puderam ser propostos por esse estudante da Comunicação Social e os mais diversos pensadores abarcados aqui, conseguimos propor um caminho de pesquisa, explicar alguns conceitos referentes à Comunicação Social e elucidar questões de cunho epistêmico, além de propor abordagens teóricas condizentes. Sendo este um artigo de revisão bibliográfica, não se faz aqui necessário colher resultados, aplicar métodos e muito menos chegar a vereditos e conclusões. Nesse caso, as elucidações feitas em torno dos conceitos de metapolitização e midiatização servem de base para uma futura tese e servirá como guia introdutório e teórico acerca dos conceitos que manejam tal projeto.

---

## Referências bibliográficas

Inserir aqui as referências bibliográficas em fonte Times New Roman, em corpo 11 (onze), com espaçamento simples entre as linhas. As referências bibliográficas, no fim do trabalho, devem ter os dados completos e seguir as normas da ABNT 6023 para trabalhos científicos. Cada referência deve ocupar um parágrafo e devem estar separados por dois espaços simples.

AVRITZER, Leonardo. **Impasses da democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora. Civilização Brasileira, 2016, 154 pp. Sapere aude – Belo Horizonte, MG.

BARROS, L. M. **Comunicação sem anestesia**. Intercom – RBCC, v. 40, n. 1, p. 159-175, jan./abr. 2017.

BRAGA, José Luiz. **A sociedade enfrenta a sua mídia: dispositivos sociais de crítica midiática**. São Paulo: Paulus, 2006

BUCCI, Eugênio. (2006). **Ubiquidade e instantaneidade no teleespaço público: algum pensamento sobre a televisão**. Caligrama (São Paulo. Online), 2(3).

CORREIA, Luís Brito. **Direito da Comunicação Social**. VOL.I. Coimbra: Almedina, 2005.  
GOULART, Flávio A. A. **Representações sociais, ação política e cidadania**. Cad. Saúde Pública 9 (4). Dez 1993 .

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa**. Tradução: Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003. 398p.

HALL, Stuart. **Da Diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2003.

HALL, Stuart. **A identidade cultural da pós-modernidade**. São Paulo: DP&A, 2006.  
HJARVARD, Stig. **Midiatização: teorizando a mídia como agente de mudança social e cultural**. In: MATRIZES, v. 5, n. 2, 2012.

JENKINS, Henry. **Cultura da convergência**. 2. ed. São Paulo: Aleph, 2009.

LASCH, Christopher. **A rebelião das elites e a traição da democracia**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1995

MOROZOV, Evgeny. **Big tech: a ascensão dos dados e a morte da política**. São Paulo: Ubu, 2018.

SILVA, G. **Pode o conceito reformulado de bios midiático conciliar mediações e midiatização?**. In: MATTOS, M. A.; JANOTTI JUNIOR, J.; JACKS, N. (orgs.). **Mediação & midiatização**. Salvador: EDUFBA, 2012, p. 108-122.

SILVA, J. Otacílio. **Aristóteles: fundamentos do poder político**. Varia Scientia (UNIOESTE) , v. 04, p. 295-312, 2009. SILVA, J. Otacílio.

SODRÉ, Muniz. **As estratégias sensíveis: afeto, mídia e política**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.